

Robinson Cavalcanti

# CRISTIANISMO E POLÍTICA

*Teoria Bíblica e Prática Histórica*



**Editora Ultimato**  
Viçosa, MG

# SUMÁRIO

Prefácio	9
Introdução	11
<b>I. A Política no Antigo Testamento</b>	
1. Do Patriarcado à Monarquia	21
2. Os Caminhos da Decadência	33
<b>II. A Política no Novo Testamento</b>	
3. O Político em Jesus	51
4. A Política da Igreja	67
5. A Doutrina Social dos Apóstolos: Paulo	79
6. A Doutrina Social dos Apóstolos: em Hebreus, Tiago e Pedro	89
7. A Doutrina Social dos Apóstolos: João	95
<b>III. A Política na História da Igreja</b>	
8. A Igreja e a Política na Idade Antiga	105
9. Política e Igreja na Idade Média	113
10. A Reforma e os Tempos Modernos	125
11. Política e Igreja na Idade Contemporânea	149

#### **IV. Política e Igreja no Brasil**

12. Religião e Política no Brasil	183
13. Presentes e Diferentes	247
Apêndice: Declaração de Jarabacoa	265
Bibliografia	279

---

## PREFÁCIO

**E**STE LIVRO FOI ORIGINARIAMENTE PENSADO HÁ vinte anos — em plena ditadura militar — e é o resultado de mais de dois anos de pesquisas. Visava ajudar a resgatar os evangélicos brasileiros de sua compulsória amnésia histórica, preparando-os para um novo ciclo democrático que se avizinhava. Como professor universitário de ciência política e como militante, procurei dar a minha contribuição popularizando informações. Tive dificuldade em encontrar editores. A primeira edição foi publicada em 1983, a segunda, em 1988 e a terceira (ampliada), em 1994, totalizando 11 mil exemplares vendidos em todo o país e nas mais diversas denominações.

A parte bíblica e histórica permanece inalterada, mas fomos acrescentando (como fizemos nesta edição) novos episódios do século e da Igreja. O crescimento da população evangélica tem sido vertiginoso, mas a sua participação e influência política continuam quase nulas, em razão da sua teologia e ideologia, do modo de pensar a vida e a missão.

Como autor, é gratificante ouvir testemunhos de pessoas e de grupos que foram edificados, que cresceram em sua cidadania e no compromisso histórico da fé a partir da leitura de *Cristianismo e Política*. Creio que o livro permanece atual.

Hoje, em razão do episcopado, estou desfilado de partido político. Aliás, estou filiado, mas sem cargo de direção em sindicato. Porém ainda sou um estudioso e um evangélico progressista, defendendo o evangelho integral, que leva à transformação do mundo.

Sou grato à Editora Ultimato por esta quarta edição, em um ano eleitoral.

Lamento que sejamos — como evangélicos — uma multidão carente de discernimento, envolvimento, misericórdia, ardor pela justiça, amor pelos excluídos, coragem profética e coragem (e conteúdo) para fazer um país diferente. Vale a pena continuar tentando, esperando, intercedendo, clamando.

Antecipando, nesta terra, a nova terra,

*Robinson Cavalcanti*

Paripueira (AL), 13 de janeiro 2002

*Batismo do Nosso Senhor Jesus Cristo*

---

## INTRODUÇÃO

### **O problema: a ausência protestante na política**

A COMUNIDADE EVANGÉLICA EM NOSSO PAÍS SOMA JÁ alguns milhões, distribuídos em todas as unidades da Federação, na maioria de seus municípios, principalmente nos grandes centros urbanos. Somos uma comunidade de composição diversificada: homens e mulheres de todos os grupos étnicos, de todos os níveis de instrução, de todos os níveis sociais. Retratamos, de certa forma, a realidade do país. Simbolizamos a universalidade da destinação da mensagem do evangelho: a toda criatura. Somos uma comunidade pluralista com nítida tendência à mobilidade social ascendente.

À nossa presença física e representação numérica não correspondem iguais peso, influência e impacto na vida nacional. Nossa comunidade tem vivido, maiormente, voltada para dentro de si mesma, suas atividades, programações, alegrias e tristezas, endoconcentrada, como uma subcultura, numa consciência de minoria. Passado o tempo da discriminação que nos era imposta, optamos por um auto-isolamento, construindo, em paredes mentais, a realidade nefasta de um gueto. A esse isolamento corresponde uma diminuição da possibilidade de influenciar a sociedade com nossas idéias.

Entre as razões históricas que concorreram para esse estado de coisas, destacamos: as limitações constitucionais durante o período imperial (cidadãos de segunda classe); a discriminação movida pela sociedade, clero romano e parte das autoridades durante a Primeira República; a origem estrangeira dos missionários pioneiros, que não se imiscuíam nos negócios da pátria hospedeira; a situação de pobreza e baixo grau de instrução dos primeiros crentes; o sentimento de frustração e impotência que tende a ocupar lugar na mente das minorias; o desconhecimento da história da Igreja, notadamente dos antecedentes do comportamento político dos evangélicos em outras terras e outros tempos.

Uma grande maioria encara a questão de uma das seguintes maneiras:

1. A política é mundana, não sendo, portanto, lugar para os crentes;
2. Não adianta fazer coisa alguma; devemos pregar o evangelho e aguardar o retorno do Senhor.

Percebe-se, nitidamente, o desconhecimento de uma teologia política, como uma das dimensões da ética, dentro da teologia sistemática. A leitura dos textos bíblicos referentes ao social e ao político é “espiritualizada”, em deturpação de seu sentido original. Confunde-se, por exemplo, a categoria mundo, que nas Escrituras traduz vocábulos diversos e sentidos vários. Tudo isso se agrava por uma leitura superficial da escatologia pré-milenista: a expectativa das coisas futuras nos conduz a uma inação diante das coisas presentes; a realização na pós-história nos faz perder o sentido da história.

Percebe-se, igualmente, um forte processo psicológico de racionalização: “Se não pode ser meu, não é bom; não sendo bom, não devo desejar; não desejando, sem poder alcançar, não me frustro”. Em nossa mente — e em nossa teologia popular não formalizada — tem lugar uma divisão das coisas em boas e más. Certas áreas de atividade humana seriam consideradas más, território privado do inimigo, aonde não devemos ir, sob pena de inevitável derrota. Algumas dessas áreas — as artes, os esportes, os meios de comunicação, a política — são justamente as mais importantes em termos de influência para a sociedade como um todo.

Por ignorância, preconceito, ou medo, entregamos de mão beijada o “filé do mundo” a Satanás e nos retraímos para as áreas menos desafiantes. Estamos nos concentrando nas profissões técnicas, executivas e liberais, não contribuindo criativamente com a formação da inteligência nacional. Raros, solitários, incompreendidos e impotentes são os que se aventuram à sociologia, à antropologia, à ciência política, à filosofia e às expressões artísticas e literárias.

A visão da igreja local como um feudo e da denominação como uma tribo, somada a um individualismo extremado, arreio ao associativismo, que tem caracterizado uma das deturpações históricas da ética protestante, somente agrava o quadro. Tudo isso debilita a possibilidade de influência. O verão do mundo não será feito pelo vôo de andorinhas solitárias, alvos mais fáceis ainda dos caçadores.

Nas últimas décadas, a presença de evangélicos na política tem se caracterizado pelo individualismo de atuação (além do despreparo ético e científico de alguns), descompromisso com a comunidade de fé, ausência de uma análise crítica global dos problemas e de projetos alternativos, caindo em um imediatismo de medidas da rotina das coisas, de cunho meramente assistencialista e clientelístico. Sem uma identidade, sem uma contribuição própria, tende-se a seguir a reboque dos diversos líderes, partidos e ideologias, tanto à direita quanto à esquerda.

O *antipoliticismo* de tantos é complementado pelo exagerado adesismo de muitos. Escrevemos em outro trabalho:

O texto que nos manda obedecer às autoridades é deturpado em sua interpretação; do institucional é transmutado em obediência cega a determinado partido, ideologia ou sistema econômico, levando à perda da dimensão profética, desafiadora, transformadora, que deve ser apanágio da comunidade dos remidos.

A perda da identidade não se dá apenas na sacralização do *status quo* (este regime = mais cristão), mas, de igual modo, na sacralização do *status quo* de determinado país estrangeiro ou modelo alternativo (outro regime = mais cristão).



Nota-se, cada vez mais, uma insatisfação quanto à presente maneira de ser e agir da comunidade evangélica, notadamente entre os jovens. Todos estão preocupados em expandir a influência da nossa fé libertadora pelo país, escravo do sincretismo, da idolatria, dos cultos falsos, dos valores negativos, onde grassa a cegueira espiritual, a imoralidade e a injustiça. A cada época, devemos reexaminar nossos deveres e possibilidades, em obediência à voz do Senhor, para a expansão do seu reino.

### **Verdade básica: somos todos políticos**

Não há nada mais cientificamente inexato e conceitualmente impossível do que a pretensão de ser apolítico. Já afirmava Aristóteles ser o homem um *animal político*. Ser político é algo inerente à condição do ser humano. *Política* significava, originalmente, o conhecimento, a participação, a defesa e a gestão dos negócios da *polis* (cidade-estado na Grécia). A vida social no seu todo, ou em cada um dos seus grupos ou instituições componentes, é uma vida política. Impossível a existência sem autoridades, normas, sanções, mecanismos de participação, formas de decisão. Vê-se o político pelo ângulo do poder inerente ao social. Abstraído-se o conceito de poder, o social daria lugar ao caótico.

O poder político (soberano e monopolizador da coercibilidade) se manifesta contemporaneamente na instituição estatal. Todo homem é cidadão de um Estado, sujeito de deveres e direitos. Todo homem (incluindo-se o cristão) é sócio, do nascimento até a morte, de um organismo político. Apenas o apátrida não se vincula a um Estado, mas com documentos da organização internacional (a ONU) se insere politicamente, como residente temporário ou permanente, na vida do Estado que o recebe. O apolítico é um personagem de ficção.

O termo *apolítico* pode ser traduzido como apartidário, não-engajado, alienado. Ser apolítico não é deixar de tomar posição. Ser apolítico já é uma posição em si — uma opção para fora, uma opção pelo não ser, uma opção pela omissão. A omissão é um voto permanente e reiterado em favor ou contrário a medidas, governantes, partidos ou regimes. O voto por omissão é tão

responsável, tão culpado, quanto o voto consciente. Com exceção do alienado mental, do indígena (que vive a política da tribo) e de alguns rurícolas (cultural e especialmente isolado), o apolítico (alienado político) é consciente e deliberado em sua opção pela omissão, sendo, por conseguinte, co-responsável pelos resultados para os quais concorre com sua postura.

O ser apolítico é um escapismo, uma fuga, uma irresponsabilidade com sonora roupagem pseudo-inteligente. É uma racionalização, uma elaboração de desculpa para o indesculpável, revestida, no caso do cristão, de uma embalagem espiritual, uma “espiritualização” do pecado. A ignorância, o medo, o preconceito, o egoísmo e a não autenticidade seriam causas de tão lastimável e danosa escolha. Fuga da responsabilidade como cristão e como cidadão. Fuga da maturidade e do comportamento adulto. O apolítico não tem como deixar de ser político, só que o é pessimamente.

Não há lugar mais político do que uma igreja. O que são os sistemas episcopal, presbiteriano e congregacional senão formas eclesiásticas de governo? O que fazemos quando elegemos um pastor ou excluímos um membro? Onde encontraríamos tão representadas as fraquezas humanas, o orgulho e a inveja, a luta pelo poder, as “queimações” e os conchavos, as tendências e os partidos (de Paulo, de Apolo...)?

Um problema, cremos, é a confusão que se faz entre o *político* e o *eleitoral*. O eleitoral é apenas uma das dimensões do político e não esgota em si uma realidade muito mais abrangente. Quando se fala em política se pensa logo em eleições, comícios, cabos eleitorais, vereadores, deputados. Quem integra o processo eleitoral faz política, mas nem todo que faz política está à frente do processo eleitoral. Ministérios, secretarias, cargos de confiança os mais importantes, se exercem à margem ou *a posteriori* desse processo. Que dizer dos países onde não há eleições: seriam Estados sem políticos? Sem política? Se o político não pode ser confundido com o eleitoral, não deve, semelhantemente, ser identificado com politicagem, forma eticamente corrompida, dado negativo, condenável, da realidade política. Porque existe feijão podre não vamos deixar de comer feijão, julgando todos os grãos podres...

Politicamente, podemos classificar as pessoas em:

a) *alienadas*: desconhecem os dados mais elementares, não compreendem os porquês dos processos, evitam participar, não conseguem dar significado a seus atos na *polis*;

b) *conscientizadas*: formam a opinião pública consciente, se interessam, procuram se manter informados, fazem opções conscientes, procuram influir;

c) *engajadas*: uma parcela dos conscientizados que procura conduzir os acontecimentos, por vias eleitorais ou não eleitorais, formais ou informais, pacíficas ou violentas; do presidente da República a um barbeiro que atua como agente conscientizado, formador de opinião, passando pelos líderes sindicais, estudantis, partidários etc., e os chamados grupos de pressão.

Um país politicamente desenvolvido tem uma parcela diminuta de sua população *alienada*, um percentual majoritário de *conscientizados* e um número significativo de *engajados*, que representam os diversos segmentos do povo, e dispõe de canais estáveis de acesso e participação. Situação atípica é a do país em guerra civil, em que o número de engajados chega a superar os meros conscientizados, acarretando transtornos à vida econômica do país. Os Estados politicamente subdesenvolvidos possuem uma larga base de pirâmide social constituída de alienados, uma faixa intermediária limitada de conscientizados e uma minoria privilegiada de engajados, representando apenas alguns setores da população. Conscientizar, participar, reivindicar, fiscalizar, sugerir, estabilizando os canais legais, de modo pacífico e decidido, dentro de um pluralismo de posições mutuamente respeitáveis, é contribuir para o desenvolvimento político de um país.

Ser conscientizado é dever de todo cidadão. Somente as minorias privilegiadas, que monopolizam o exercício do poder, é que não estão interessadas nesse processo, antes preferindo a apatia e a ignorância que tanto as beneficia. Ressaltamos a necessidade de evitarmos uma conscientização unilateral (uma só fonte), pois um amadurecimento político pressupõe uma absorção seletiva, um acesso a dados e opiniões de diversas tendências e procedências.

Sendo a atividade política algo necessário, válido e digno, os cristãos, esclarecidos, devem se fazer presentes, interessados em gerir alguma coisa pública (*res publica*), não só para assegurar os seus direitos e cumprir seus deveres (e os de sua família, de sua igreja, de sua categoria profissional etc.), mas também para permear a sociedade de valores que redundem em uma maior benefício para todos e cada um. É o que a Bíblia nos ensina e o que a história atesta.

I.

A POLÍTICA NO  
ANTIGO TESTAMENTO

---

# 1.

## DO PATRIARCADO À MONARQUIA

### **Do Éden perdido à Canaã de justiça**

**D**EUS GOVERNA, DE MODO ABSOLUTO, O UNIVERSO. Antes da queda, a terra era, de modo particular, uma teocracia: era Deus quem governava. A sua vontade se fazia “na terra como no céu”. Ao homem, representado por Adão, Ele havia delegado atribuições específicas para representá-lo, como mordomo, administrador. O governo do homem sobre a terra (Gn 1.28) não se contradizia com o governo de Deus, porque a mente do homem estava em sintonia com a de seu Criador.

Pela ordem da criação não haveria na terra desigualdades sociais, exploração, guerra, mas harmonia e justiça. Seria uma terra sem estratificação social nem fronteiras nacionais. A terra de Deus era uma terra para os homens, com todos nela trabalhando e dela se beneficiando, sem egoísmos privatistas. A liderança deste mundo era destinada, principalmente, a pessoas do sexo masculino, tendo a mulher, em dignidade, ativa participação cooperadora.

A queda do homem transtorna toda a terra, abandonando-se a ordem da criação. Conhecemos o crime (Gn 6). A um povo

não arrependido, Deus envia o dilúvio purificador (Gn 7). À aliança com Adão, sucede-se uma aliança com Noé, reiterando-se a promessa de Deus não abandonar o gênero humano, nem destruí-lo (Gn 9). Começa tudo outra vez.

Mas não tendo sido a natureza humana modificada, cedo a corrupção volta a se manifestar. A megalomania e a auto-suficiência são apresentadas pelo episódio da torre de Babel (Gn 9.1-9). O Senhor providencia uma divisão cultural da espécie humana, durante a história, para limitar a unidade em torno das causas negativas. A união em torno do mal aumenta a força do mal. Todos os impérios fizeram sofrer e ruíram. Famílias, clãs, tribos e nações, experimentariam novas formas de organização social, segundo o gênero de sua inteligência e as limitações de seu caráter.

Almejando a restauração, a Providência se insere, em especial, na história, pela eleição de um povo, de uma nação, como instrumento de bênçãos para todos os povos, para todas as nações. É o que configura o chamado de Abraão (Gn 12.1-3). Sob Abraão, Isaque e Jacó (homens a quem o Senhor falava e enviava seus anjos), o povo de Deus vive a experiência política do *patriarcalismo* (que conhecemos, em determinado estágio, na vida de outros povos), a partir da organização familiar primitiva, de chefia masculina autoritária, do patriarca como pai de uma família ampla, que inclui todos os dependentes. No patriarcalismo esses elos não são apenas de consangüinidade, mas de adesão, de uma vivência sob o mesmo teto, na mesma fonte de subsistência, no mesmo alimento, em uma interação eminentemente primária (íntima e duradoura). Uma autoridade única se estabelece: a do patriarca, com normas que a todos obriga, em lealdade e fidelidade pessoal.

Esse patriarcalismo, modalidade primitiva da fase de "poder personalizado" (Duverger), antecedente das formas pré-estatais de *patrimonialismo* (Weber), não adquire caráter normativo para o povo de Deus. Nem essa, nem outras das formas de governo sob as quais viveu Israel em sua história são alvos de uma "sacralização", de uma imutabilidade. Embora separado, Israel se insere em épocas e locais definidos, vivendo experiências em grande parte comuns ou afins com as dos outros povos.

Ao patriarcalismo, sucede-se a vida sob o *imperialismo* egípcio. Manifestam-se as tensões e a instabilidade: a servidão de José, a sua colaboração com um governo adorador de falsos deuses, sua ascendência na hierarquia governamental a um posto semelhante ao de primeiro-ministro (Gn 40.37-46), a providência de Deus nesse episódio para a salvação de seu povo do flagelo da fome, o tratamento privilegiado sob uma dinastia e espoliativo sob outra, a educação esmerada de Moisés etc.

Não se pode julgar a vida dos indivíduos e das nações por fatos isolados, e sem levar em conta os planos de Deus. Vergonhoso o “colaboracionismo” de José? Garantiu a sobrevivência dos seus para algo mais digno no futuro. Condenável a educação de Moisés na corte do Faraó? Preparou um estadista, um líder, para uma missão maior. Tudo isso nos conduz ao êxodo, à libertação, à derrota dos opressores, ao mar Vermelho, ao Sinai, ao maná, à Canaã. Jeová providente, Jeová sustentador, Jeová libertador.

O Senhor suscita a liderança carismática de Moisés. A grande lição da necessidade de descentralização administrativa é ensinada por seu sogro Jetro (Êx 18.13-27), com a nomeação de auxiliares para julgar e orientar o povo. A Lei é dada. Seguem-se: a desobediência, a longa peregrinação, a entrada na terra prometida (espaço geográfico sujeito à soberania de Israel), a liderança militar de Josué. Assim pode ser descrita a situação:

Jeová era o dirigente da nação que habitava com eles entre os querubins (Êx 25.22). Nele todos os poderes do Estado (legislativo, executivo e judiciário) estavam reunidos. Ele proclamou as leis fundamentais do Estado aos ouvidos da congregação. Depois da imediata apresentação de si mesmo à nação, Ele exerceu suas funções governamentais maiormente por meio de homens que Ele levantou. Como todos os potentados, Ele delegou as funções judiciais na sua maioria aos juizes, e somente os casos mais difíceis eram trazidos a Jeová (Êx 18.19). [...] As funções legislativas, Ele as exercia por meio de Moisés e os profetas (Dt 18.15-19). A legislação era intermitente; as leis existentes eram suficientes e raramente requeriam modificações e emendas. As funções eram igualmente exercidas durante muitos anos intermitentemente por meio de dirigentes chamados juizes, que eram instituídos de tempos em tempos, os quais, acreditados



pelos grandes feitos das mãos de Deus, conquistavam a confiança pública e se tornavam líderes nos assuntos de Estado. (*The Webster Dictionary of the Bible.*)

Israel deveria se reger por um estatuto: um conjunto escrito e coerente de normas. Havia, assim, leis referentes à forma de culto, leis para proteger os direitos do homem (liberdade, integridade física, propriedade), leis para governar a conduta pessoal, leis sobre os dias santificados e sacrifícios, leis sobre a saúde e higiene etc. O conteúdo ético, profundamente humanitário, dessas normas se chocava com a mentalidade do povo, em seu estágio de evolução cultural e sob forte influência dos povos vizinhos, politeístas e idólatras. O tratamento dispensado ao servo, os direitos dos órfãos e das viúvas, a proteção ao estrangeiro, a condenação à mentira e à calúnia, a existência de cidades de refúgio, o respeito aos magistrados, de quem era exigido honestidade no julgamento, a proibição da usura e a devolução do furto em dobro, eram princípios avançados, considerados pesados ou de impossível cumprimento por um povo pecador.

Destacamos a instituição do ano sabático e do ano do jubileu. Cada sétimo ano (ano sabático) era um ano de descanso para a terra (de profundas implicações agrônômicas e ecológicas), nela nada se cultivando. O que nascesse por si mesmo era permitido aos pobres colher, e a sobra era dada aos animais (Êx 23.10-11). Para acalmar temores, Deus assegurava uma safra excepcional a cada sexto ano: “Então eu vos darei a minha bênção no sexto ano, para que dê fruto por três anos. No oitavo ano semearéis e comereis da antiga” (Lv 25.21-22). O jubileu coincidia com um ano sabático, comemorado a cada 50 anos, caracterizado pelo perdão mútuo de todas as dívidas e a restituição das propriedades aos detentores originais. As desigualdades sociais que porventura tivessem surgido eram sujeitas a um ciclo de renivelamento a cada cinco décadas.

É interessante observar esse modelo de sociedade considerado possível de ser vivido pelo homem em seu presente estado e, por conseguinte, ordenado por Deus:

1. Existia a propriedade privada da terra, casa, animais, utensílios e instrumentos de trabalho. Essa propriedade era

destinada ao trabalho e à produção, nunca como fonte de ócio e mero acúmulo de bens. Sendo as propriedades bens inelásticos, o acúmulo por uns iria, necessariamente, conduzir ao empobrecimento de outros. O Senhor proibia a venda da terra como título de perpetuidade, alegando o caráter transitório da passagem do homem pela terra e o fato de recebermos as coisas das suas mãos (mordomia) com uma finalidade. “Porque a terra é minha” (Lv 25.23), dizia Ele. Propriedade, sim, mas com consciência de mera posse, para uso e fruto;

2. A sociedade era praticamente rural e a economia, baseada nos setores primários: agricultura e pecuária. Após a tomada da terra, deveria se fazer uma “reforma agrária”, dividindo-a entre as onze tribos e, dentro de cada tribo, subdividindo-a em pequenas propriedades familiares. As onze tribos, com seus dízimos e ofertas, sustentariam a tribo de Levi, destinada ao trato do sagrado, que teria direito a imóveis urbanos: casas e glebas circunvizinhas. A sucessão da propriedade deveria se manter dentro da família. A venda de uma gleba denotaria situação de dificuldade financeira da família. Era assegurada a retrovenda, podendo esse “resgate da terra” (hipoteca) ser feito pelo próprio ex-proprietário, quando conseguisse recursos, ou por um parente seu. O valor da propriedade, para estabelecimento do preço para a venda, tomava por base dois índices: as benfeitorias nela existentes e a quantidade de anos que restavam em relação ao do jubileu, ocasião em que se dava uma “total e recíproca anistia de dívidas”. As propriedades urbanas muradas (residências) eram uma exceção, podendo se realizar uma transação permanente, menos quando os proprietários fossem levitas;

3. Era proibida a escravidão dentro do povo, devendo todos se considerar irmãos. Uma dívida poderia ser paga com servidão, igualmente liberada no jubileu. A legislação penal e civil a todos obrigava e concedia direitos, inclusive a um julgamento justo e honesto, quando os juízes não deveriam olhar para a condição social ou receber propinas. Era, contudo, permitida a escravidão de estrangeiros que guerreavam contra Israel e eram derrotados, sujeitos, porém, a bom tratamento;

4. A organização política era fortemente descentralizada, com a autoridade repousando, em círculos concêntricos, no *pater familia*, no clã (anciãos, juízes locais) e na tribo. Em lugar de um Estado, havia uma liga sacral de doze tribos, ou anfictionia estabelecida no Congresso de Siquém (Js 24), com uma identidade nacional comum, a defesa mútua contra o agressor e o vínculo sagrado em torno do culto: a lei, a arca, o sacrifício, simbolizado por um santuário (inicialmente em Siquém, depois em Betel e, posteriormente, em Silo). Em termos nacionais, destaca-se a liderança dos sacerdotes e dos juízes, líderes de guerra, governantes na paz, figuras carismáticas. De Josué a Sansão, foram doze os juízes em Israel.

A terra de Canaã não estava despovoada, nem foi conquistada por exército formado apenas pelas hostes angélicas. Foi conquistada por uma sucessão de guerras, com varões hebreus engajados em um exército, sob a liderança de homens. Para se manter, teve de se organizar militar e politicamente. O Senhor os guiava e abençoava em atividades hoje consideradas “não-espirituais”. O seu Deus não os arrebatou às nuvens, mas conduziu-os no tempo e no espaço, no todo de sua humanidade.

Aos que “espiritualizam” os textos bíblicos, pedimos honestidade em sua leitura. Que vejam como a providência de Deus é palpável e como Ele orienta os homens em suas necessidades concretas, como Ele planejou uma sociedade caracterizada pela justiça e como isso nos fala hoje, como povo seu. Será que todo esse maravilhoso conteúdo de ética é apenas “coisa do passado”? Ou nos conduz a uma reflexão e nos ajuda na compreensão de Deus e do mundo, e na necessidade de tomar certas posições, fazer certas opções?

Aos politizados, que poderão se entusiasmar e dizer: “é exatamente isso que devemos hoje”, advertimos para a peculiaridade do povo de Deus. Aquelas eram normas para o povo de Israel. Havia uma consciência de diferença entre os irmãos e os estrangeiros. E por quê? Porque não se pode separar essas normas de seu caráter revelacional, da crença dos que deveriam praticar de que eram dadas por Deus. O povo da “reforma agrária” e do jubileu era o povo da arca e do sacrifício. A legitimidade

do modelo era religiosa e se fazia a partir da fé. Havia uma integração na piedade.

O modelo era pré-estatal, descentralizante, fortalecedor da família e da comunidade local (municipalidade, hoje), mantenedor da identidade regional tribal (unidades federadas, ou Estados-membros, hoje). As funções do governo central eram as menores. A justiça era o alvo número um, pela democratização da propriedade, em consequência de seus resultados econômicos, e não pelo coletivismo ou estatização. Se, por um lado, a vontade de Deus era que não houvesse os extremos de riqueza e pobreza entre seu povo, por outro, aplicava-se ao indivíduo, às associações e ao Estado o último mandamento: “Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo” (Êx 20.17)

Conicionados pelos modelos econômicos de nosso tempo, estamos distantes do modelo de Deus, com a consciência anestesiada, cheia de racionalização (falsas desculpas), driblando os textos bíblicos incômodos, gozando ou almejando privilégios às custas da exploração do próximo, entrando na “roda viva” da grosseira e desumanizante competitividade. E, quando rejeitamos esses males, aspiramos como alternativas outros caminhos seculares, materialistas.

### **A monarquia e o seu apogeu**

A instituição dos juízes estava em crise. Com Eli e Samuel — que acumulavam também as funções de sacerdotes — falha o esquema de sucessão por hereditariedade. Os grandes líderes nacionais haviam fracassado na educação de seus próprios filhos. As “grandes causas” muitas vezes absorvem os grandes homens, que se esquecem e falham nas coisas pequenas e importantes. Os filhos de Eli caíram em um desregramento sexual com as mulheres que serviam no templo, profanando o santo lugar (1 Sm 2.22); os de Samuel, que, em virtude de sua avançada idade, já exerciam funções públicas, eram excessivamente inclinados aos valores materiais, cometiam injustiças em suas decisões e aceitavam suborno (1 Sm 8.3). O parentesco não se

constitui em melhor critério para a escolha de líderes políticos, enquanto que as falhas de seu caráter se refletem na maneira de agir na esfera pública.

A mudança na forma de governo em Israel foi impulsionada por dois motivos: primeiro, uma crise de confiança na qualidade de seus líderes; segundo, a não aceitação de ser diferente (mesmo por vontade de Deus) e o desejo de imitar os outros povos circunvizinhos. “Constitui-nos, pois, agora, um rei sobre nós, para que nos governe, como o têm todas as nações” (1 Sm 8.5). O Senhor, doador da liberdade, atende ao pedido do povo, antes, porém, advertindo para os encargos e riscos da opção: o peso da tribulação, o ônus da corte, o serviço militar etc. Não conseguindo persuadir, fala a Samuel: “Atende à sua voz e estabelece-lhe um rei” (1 Sm 8.22). Renwick assim comenta o episódio:

Agora, levado por um sentimento de orgulho nacional, vai pedir um rei. A monarquia, no fim das contas, nos destinos da Providência, tinha por objetivo dar ao povo eleito uma idéia do reinado messiânico. Mas se tivessem seguido a Deus, tornava-se dispensável a presença dum rei terreno.

Samuel, como juiz teocrático de todo o Israel, representante de Jeová, unge Saul secretamente. Depois, em ajuntamento solene, realiza um sorteio que, providencialmente (não por mera coincidência), recai sobre o mesmo, da família de Matri, da tribo de Benjamim. Saul é proclamado rei de Israel e aclamado pelo povo, mas a sua legitimidade se afirma pelo presenciar de fatos que atestaram que Deus estava com ele: o profetizar (1 Sm 10.9-11) e a vitória militar contra os amonitas (1 Sm 11.11).

A autoridade do sacerdote, o método, a forma de escolha e a comprovação dos fatos de que “Deus lhe mudou o coração”, “o Espírito do Senhor dele se apossou”, indicavam que algo diferente ocorrera àquele indivíduo. Cabia agora a Samuel renunciar ao cargo, transmitir todos os poderes ao novo governante, encerrando um capítulo na vida política do país. Presta, então, contas de sua administração. Há um reconhecimento geral de sua capacidade e do caráter absolutamente honesto de sua gestão, e de que essa deveria ser a norma de todo governante.

No seu discurso de despedida Samuel dá a receita para o sucesso da monarquia recém-instaurada: “Se temerdes ao

Senhor, e o servirdes, e lhe atenderdes à voz, e não lhe fordes rebeldes ao mandado, e seguirdes o Senhor, vosso Deus, tanto vós como o vosso rei governa sobre vós, bem será. Se, porém, perseverardes em fazer o mal, perecereis, tanto vós como o vosso rei” (1 Sm 12.14, 25).

Essa admoestação pode ter um caráter normativo e geral: o sucesso de qualquer modelo político ou governante está em uma adequação aos postulados da revelação, tanto por parte dos governados, quanto dos governantes. Caso contrário, conhecerão o fracasso. O problema básico, então, não é este ou aquele modelo em si, mas a maneira de seu exercício, o conteúdo ético de cidadãos e dirigentes, como indivíduos e no desempenho de seus cargos.

É o que se observa com os três reis da monarquia unificada: Saul, Davi e Salomão. A primeira fase do governo de Saul é um sucesso, tanto no campo militar quanto no administrativo. Israel alarga e consolida suas fronteiras e se afirma como nação soberana. A desobediência de Saul (que chega ao ponto de consultar um médium), o esfriamento de sua vida espiritual e o embrutecimento de seu caráter o conduzem à decadência e à morte, e Israel a uma grande derrota militar diante dos filisteus. Interessante a sua racionalização: ele se desviara de Deus, mas dizia na sessão espírita: “e Deus se desviou de mim e já não me responde” (1 Sm 28.15).

Qualquer nação pode pagar caro o seguir um governante apartado dos caminhos do Senhor. Isso tem ocorrido, com frequência, na história: Hitler, Stalin etc. Que pensar de nosso próprio país, quando elegemos governantes que, entre outros pecados, consultam os mortos? Poderemos ser vitoriosos?

Saul não constituiu dinastia. Seu filho e herdeiro Jônatas, de caráter ilibado, perece na guerra. Sucede-o Davi, seu genro, àquela altura já um herói nacional. Este enfrenta, inicialmente, uma guerra civil. É aclamado rei no sul (Judá), mas no norte (Israel) Is-Bosete, filho de Saul, é eleito o rei com o apoio de uma facção do exército. São cinco anos de luta fratricida. O reino do norte era filho da desobediência. Toda a nação sabia que Davi havia sido ungido pelo velho e aposentado Samuel, segundo orientação de Deus: “Disse o Senhor: Levanta-te e unge-o, pois este é ele...

e, daquele dia em diante, o Espírito do Senhor se apossou de Davi" (1 Sm 16.12-13). Is-Bosete era um sujeito de personalidade fraca, dominado por seus ambiciosos chefes militares. O que o leva à derrota são as próprias desavenças entre ele e os generais Abner e Joabe. O primeiro, ambicioso e sem escrúpulos; o segundo, sedento de vingança. Is-Bosete é morto à traição por dois capitães de sua própria tropa: Baanã e Recabe.

O gênio de estadista de Davi se revela em suas ações para especificar e reconciliar a nação dividida. Sepulta com honra e dignidade Abner e Is-Bosete, granjeando a simpatia de seus familiares e amigos, comandados e conterrâneos. Manda executar os assassinos de Is-Bosete. Não procura vingança, antes, implicitamente, concede anistia geral. Deixa com vida o único descendente de Saul, seu neto Ziba, filho de Jônatas, e ainda lhe concede uma pensão vitalícia e direito de comer no palácio real. E, por fim, muda a capital para Jerusalém (tomando-a dos filisteus), "território neutro" entre Judá e Israel, uma espécie de "distrito federal", que reduziria as rivalidades. Interessante a declaração a Davi feita pelos líderes nortistas: "Somos do mesmo povo que tu és" (2 Sm 5.11). Davi não aclamava para si os méritos, mas, como governante teocrático, tinha consciência de sua escolha por Deus, e, por outro lado, pela vontade do povo que o aclamara. Vontade de Deus e vontade do povo — eis a síntese ideal de legitimidade que Davi encarnava.

Davi estabelece um governo de paz e justiça no plano interno, e, externamente, de segurança, vencendo militarmente os inimigos ou estabelecendo amistosas relações diplomáticas. O Senhor estabelece aliança perpétua com ele com a promessa de edificação de um templo por um de seus descendentes (2 Sm 7), ao que ele responde com ações de graças. Davi demonstra a compatibilidade da masculinidade com a religião; a destreza militar com a sensibilidade poética e musical; o gênio de estadista com a piedade, a contemplação e a oração. Ao final da existência, tinha autoridade para dizer: "O Espírito do Senhor fala por meu intermédio, e a sua palavra está na minha língua", e que governante bem-sucedido é "aquele que domina no temor do Senhor" (2 Sm 23.2-4), ou seja, com piedade e retidão.

Mas Davi também deu suas mancadas e sofreu com isso. Com o passar dos anos deixou-se levar por um sentimento de autoconfiança e auto-indulgência, acomodando-se, influenciado pelo estilo de vida dos governantes vizinhos. Desfrutava do poder e delegava atribuições aos subalternos, inclusive o comando militar. O seu relacionamento afetivo com Bate-Seba, que provocou a morte de seu marido Urias, foi repreendido por Deus por meio do profeta Natã. Restaurado espiritualmente, teve, contudo, de enfrentar uma séria crise política de caráter dinástico: seu próprio filho Absalão, provavelmente desconfiado de que não seria o sucessor, chefiou uma revolta sangrenta contra o próprio pai. Davi chegou a ficar em situação minoritária. A fidelidade dos chefes militares salvou o trono.

Escolhido Salomão como sucessor, nova revolta teve lugar sob a chefia do primogênito Adonias, que foi derrotado, pois Salomão seria rei por promessa divina. Deve-se ressaltar, porém, que as crises de sucessão nas monarquias orientais têm prosseguido até os nossos dias, porque, ao contrário do Ocidente, onde prevaleceu o claro dispositivo da primogenitura, lá qualquer um dos filhos do monarca pode sucedê-lo, dependendo da opinião do pai, dos parentes e dos chefes políticos e militares. Daí a instabilidade.

Salomão foi um governante bem-intencionado. No início, pediu a Deus sabedoria, no que foi atendido, sob a condição de obediência aos estatutos. Edificou o majestoso templo de Jerusalém. Construiu palácios. Foi bem-sucedido no campo diplomático. Israel conheceu um período de apogeu, chegando a ser contado como uma das potências da região. O fausto da corte, porém, implicava uma opressão tributária sobre o povo. A ampliação das atividades comerciais resultou em uma economia monetária e no aparecimento de uma classe de negociantes. A concentração de renda acarretou uma diferenciação mais profunda nos estratos sociais, muito embora permitisse um impulso no campo cultural: intelectuais, arquitetos, pintores etc, o que foi chamado de "humanismo salomônico" ou "iluminismo salomônico". O regionalismo e o autonomismo do norte e do sul, contudo, foram se acentuando, com o norte em crescente insatisfação.



Espiritualmente, foi Salomão, na sua juventude, um sincrético: “amava ao Senhor... porém, sacrificava nos altos” (1 Rs 3.3). Na maturidade foi um *javehcêntrico*, o construtor do templo e o compositor sacro. Na velhice tolerou amplamente o pluralismo religioso, com santuários idólatricos de Astarote, Milcam, Comos e Moloque. Enquanto seu pai veio de origem humilde e levou em simplicidade espartana a maior parte de sua vida, Salomão, nascido em “berço de outro”, sempre amou o conforto e as benesses decorrentes da riqueza. Seu grande pecado, conforme explicamos em *Uma Bênção Chamada Sexo* (ABU Editora), não foi a poligamia, mas os casamentos mistos. E isso ocorreu por razões políticas. Era costume cimentar as alianças de paz entre os reinos pelas uniões matrimoniais entre as casas reinantes, e Salomão selou esse tipo de “tratado de paz” com toda a sua vizinhança. Casou, logo de início, com uma filha do Faraó do Egito, o mesmo fazendo com princesas moabitas, amonitas, edomitas, sidônias e hetéias (1 Rs 11), sendo elas as responsáveis pela introdução do politeísmo e da idolatria, motivando a repreensão do Senhor.

Nova crise dinástica teve lugar com a morte de Salomão. O reino foi dividido: no sul, Judá acatou o sucessor indicado, Roboão; no norte, Israel se separou, coroando Jeroboão.